



“Se não lutarmos, seremos engolidos”: resistência e militância dos atingidos pela Vale S.A. — Entrevista com Camila Leal¹

Rafael Otavio Fares Ferreira²

Sérgio Luiz Gusmão Gimenes Romero³

Camila Leal é moradora de Casa Branca, Brumadinho – MG, advogada popular do Movimento Águas e Serras de Casa Branca. Ela também atua voluntariamente para outras associações, como a Associação Comunitária Regional de Casa Branca, na Associação Comunitária do Jardim Canadá no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, em que ocupa uma cadeira no conselho consultivo do parque desde 2019 com mandato previsto até 2021. Faz parte, além disso, do Coletivo de Atingidos da Arquidiocese de Belo Horizonte que abrange toda a região episcopal de Nossa Senhora do Rosário (Brumadinho – MG). Integra a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale – AIAAV e participou, em 2019, da assembleia de acionistas da Vale na condição de acionista crítica.

¹A maior parte da entrevista foi realizada de modo oral e *on-line* no dia 22 de dezembro de 2020, sendo posteriormente transcrita. Alguns trechos foram respondidos de forma escrita pela entrevistada por meio de mensagens eletrônicas.

²Graduado, Mestre e Doutor em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. É poeta e também professor e pesquisador da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade João Monlevade, MG, Brasil. E-mail: rafael.ferreira@uemg.br.

³Graduado em Letras e Mestre em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus Araraquara. Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. É professor e pesquisador da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade João Monlevade, MG, Brasil. E-mail: sergio.romero@uemg.br.

Como surge sua atuação em movimentos sociais, é a partir da relação com a mineração?

A atuação nos movimentos sociais surge a partir da relação com a mineração, a partir do momento em que eu passo a viver em Casa Branca, Brumadinho – MG, em 2015. Eu sou natural de Belo Horizonte e sempre tive conhecimento do que envolve a região metropolitana (mineração), mas é a partir do momento em que eu me mudo que surge esta necessidade de fazer parte dos movimentos, porque você passa a sentir na pele o que é viver num município minerador, as violações cotidianas... O rompimento de uma barragem é o ápice de toda uma governança baseada em violação dos direitos humanos. O rompimento, na verdade, só faz com que aquelas pessoas que não estão vivendo dentro de um território minerador passem a observar o que está acontecendo ali; é um ápice triste, gigantesco, destruidor, mas as violações que a gente vive no cotidiano dentro do município vão muito além do rompimento da barragem. As violações são constantes.

As pessoas têm uma ideia de que violação dos direitos humanos acontece igual a filme de Hollywood, em uma guerra civil. Mas não, elas também acontecem de formas sutis, quando você tem seu projeto de vida violado, a sua tranquilidade violada, seu direito de ir e vir violado, isso tudo são violações de direitos. Quem vive num território de mineração sabe o que é isso, a gente vive isso todos os dias.

Como você avalia a forma com que a Vale S.A. se relaciona com movimentos e ativistas que trabalham em prol dos direitos humanos e em defesa do meio ambiente? Como é a sua experiência enquanto militante?

Então, a Vale funciona no “dividir para conquistar”. É assim que ela atua. Ela atua para criminalizar os movimentos, para transformar pessoas chaves em *persona non grata* no território. O poder público dentro dos municípios mineradores é extremamente refém da mineração até como opção própria. Não é porque se a mineração acabar a gente vai morrer. Muitas vezes é porque não há vontade política de fazer uma diversificação econômica dentro do território. Pois é muito cômodo para se manter no poder. A gente viu agora nas últimas eleições, houve uma pesquisa que mostrou que o *statu quo*, em municípios mineradores, se mantém. São as oligarquias que já estavam no poder e se mantém.

A gente recebe ameaças constantes, episódios de perseguição por carro da mineradora... E isso pós-rompimento. Antes do rompimento isso era mais velado. A Vale

domina todo o território de Brumadinho. O Brasil tem que ser estudado, pois é o único país do mundo onde a pessoa comete o crime e ela domina toda a cena do crime. Ela domina tudo, ela domina as obras de reparação, que ninguém sabe quais são. Não temos direitos à informação, não temos direito a nada. A gente só sofre as consequências de dez mil funcionários terceirizados introduzidos em nosso território. Você vê, inclusive, casos de assédio, porque você introduz num território destruído dez mil homens. Você vê violência contra a mulher. A gente sabe, pois, as pessoas procuram a gente para contar, mas nós não temos levantamento oficial, não há participação das instituições de justiça, do poder estadual, do poder municipal. É inexplicável, a gente vive no território destruído pela Vale e dominado pela própria Vale pós-rompimento. Existe, por exemplo, uma liderança social que está exilada do território, pois eles trabalham minando as lideranças locais. Os movimentos sociais são criminalizados o tempo todo. E a população no geral é manipulada... Estamos vivendo desde 2016 uma manipulação em massa. Mas a luta tem que ser lutada, é questão de sobrevivência. Vivemos sem qualquer coisa na vida, mas sem água ninguém vive. Não há para onde fugir.

A Vale, como toda mineradora, atua para deslegitimar, vulnerabilizar e criminalizar aqueles que defendem direitos humanos e ambientais em Brumadinho e em todas as áreas nas quais atua. Tanto os conselheiros quanto os administradores e a grande maioria dos acionistas da Vale agem segundo uma política deliberada de silenciamento da crítica e de desconsideração dos pontos de vista e das propostas que de alguma forma diferem dos planos e projetos da empresa.

É possível caracterizar a atuação da Vale S.A. e de outras mineradoras envolvidas em desastres humanos e ecológicos em Minas Gerais nos últimos anos como criminosa? Por quê?

Sem dúvida, o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, comprovou a relação de promiscuidade estabelecida pela Vale com suas certificadoras, em especial a TÜV SÜD, que levou a uma certificação fraudulenta de estabilidade. É necessário o imediato fim do processo de automonitoramento de segurança de barragens por auditores escolhidos e remunerados pelas empresas mineradoras. É inadmissível que a Vale tenha contratado para atuar como certificadora da estabilidade de suas barragens a mesma empresa com a qual mantinha contratos de consultoria.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, 45,4% dos mineiros se autodeclararam brancos enquanto 53,5% se denominam negros (pretos e pardos). Apesar disso, seja no rompimento das barragens de rejeito de Mariana/MG (2015) seja no de Brumadinho/MG (2019), a maior parte dos atingidos é constituída por pessoas negras. Além disso, em caso de novos rompimentos de barragens da Vale S.A., o percentual de indivíduos negros ameaçados pode ultrapassar 80% daqueles que seriam atingidos em Barão de Cocais/MG ou, ainda, 91% em Santa Maria do Itabira/MG. (MILANEZ; WANDERLEY, 2020, p. 3) Essa configuração pode ser compreendida como exemplo do chamado “racismo ambiental”?

Com certeza, pelas características socioeconômicas e raciais da população das áreas atingidas, tanto pela barragem do Fundão, quanto pelas barragens do Córrego do Feijão que, quanto mais próximos às barragens que se romperam, maior o predomínio da população negra. Isso demonstra sérios indícios de racismo ambiental por parte da Vale. Além disso, no Maranhão, comunidades quilombolas que vivem no entorno da Estrada de Ferro Carajás têm lutado para serem reconhecidas enquanto tal pela Vale. É uma luta constante, para que a Vale inclua em seu Licenciamento Ambiental no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) futuros, a análise do perfil racial das populações vulneráveis, que geralmente estão associadas à exposição aos riscos.

Em relação ao desrespeito aos direitos humanos, você disse que isso é uma prática anterior, mas que, depois dos rompimentos se intensifica. Por outro lado, o discurso da empresa e mesmo da grande mídia foi de que, depois do rompimento de Mariana – MG, tudo iria ser diferente, haveria uma mudança da forma de gerir etc.

A Vale, pelo menos nesta última década, mudou o modo de governança dela. Isso a gente tem acesso nos relatórios. Nós conseguimos ter acionistas críticos, e você vê como a Vale diminuiu os investimentos na segurança do trabalho, ao mesmo tempo em que a própria Vale aumenta. Nesta última década, ela aumenta a produção, aumenta a exploração minerária, enquanto há uma diminuição drástica nos investimentos da segurança do trabalho.

Ela muda completamente a direção da empresa, que era feita por técnicos e engenheiros, e coloca pessoas ligadas ao capital internacional. Pessoas que não têm nenhum tipo de conhecimento técnico para garantir a segurança dos empreendimentos, visando apenas a remuneração dos acionistas. E isto é claro. São análises a partir de informações que

você vê nos jornais de economia, nos relatórios de administração da própria Vale, que estão disponíveis no site dela. Com esse aumento significativo dos empreendimentos e uma diminuição da segurança do trabalho. Ela passa a terceirizar muitos mais, pois isso diminui a carga trabalhista. Os terceirizados não têm nenhuma garantia, assim ela desrespeita as normas de segurança do trabalho com muito mais propriedade, porque são empresas terceirizadas e não funcionários próprios. E isso ela faz mesmo depois da barragem de Fundão.

Ela basicamente não perdeu nenhum dos funcionários. Foram para ela 19 mortes. Para a gente são 20, pois teve uma mulher grávida que abortou, na tentativa de se libertar da lama. Ela trata os moradores de Bento Rodrigues como párias e faz a sociedade de Mariana também tratá-los como párias. Coloca eles em hotéis e pousadas com atendimento diferenciado. Eles são mal tratados.

A Vale então promete a construção de uma nova Bento Rodrigues, mas não consegue terminar a fundação. Constitui uma Fundação Renova, que se torna um cabide de emprego e que tira as pessoas técnicas de todos os órgãos ambientais de Minas. Hoje a Renova é constituída pelos grandes técnicos que constituíam as SUPRAM's (Superintendências Regionais de Meio Ambiente), o SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável); todos estes órgãos ambientais perderam seus funcionários para a Renova, pois ela gasta bilhões em salários. E nenhuma reparação é feita. De todos os projetos só foi concluído até hoje, se não me engano, o projeto de resgate de animais domésticos, foi o único projeto proposto pela Renova e concluído. A justiça foi federalizada pois o processo pegou o Espírito Santo. O processo foi conduzido de uma forma extremamente drástica, péssima, aberrações jurídicas. As pessoas não recebem verba emergencial. Quem recebeu, no meio da pandemia, teve cortes drásticos. Ela fala que recuperou o Rio Doce, assim como ela fala que o rio Paraopeba, nas análises, está melhor do que era antes do rompimento da barragem, e isso eu escutei de uma funcionária da Vale dentro de uma reunião. Então é assim, é como funciona, o estado de Minas Gerais tem uma relação de promiscuidade com a mineração. Antes do financiamento privado de campanha ser proibido, a Vale era uma das maiores financiadoras de campanha, das grandes candidaturas, de governo, de deputados federais e estaduais, então ela conseguiu cooptar para ela também as pessoas que são responsáveis por fazer as políticas públicas. Ela conseguiu em 2016 a mudança drástica na lei do licenciamento ambiental, que simplificou o licenciamento.

Nós não somos a Minas Gerais de minério. Nós somos as Minas de águas gerais. Nós temos uma riqueza hídrica muito maior do que a mineral. É isso que a mineração quer, pois ela detém a outorga das grandes reservas de água e de minério de Minas. Na verdade, nossa maior riqueza está nas águas e não no minério. Pois o minério que tem sido extraído aqui em Minas hoje é de péssima qualidade. O minério bom que a Vale tem extraído hoje é no Carajás, que é outro lugar onde ela promove violação de direitos humanos.

A extração mineral não é sustentável. Feita a seco ou molhado. Ela é baseada em violação de direitos, baseada em *commodities*, em sonegação fiscal, em autodeclaração. Ela autodeclara a segurança de suas barragens e o país está assim. A gente não tem nenhum tipo de proteção ambiental. E aí? Existe mineração sustentável? Não! A Vale já foi do Rio Doce, matou o Rio Doce, matou o Paraopeba e agora vai matar a Amazônia. Se continuar desse jeito, ela vai matar tudo e vai sobrar só um deserto sem água pra gente.

Qual tem sido a experiência dos acionistas críticos? Como esse tipo de intervenção funciona?

Existe um grupo de acionistas críticos, que são de várias organizações, do país e do mundo, que se juntaram em algum momento e fundaram a Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale. Ela engloba alguns grupos ambientalistas de Moçambique e de outras partes do mundo onde a Vale atua. E eles tiveram esta brilhante ideia de adquirirem ações minoritárias. Isso dá direito à participação nas reuniões anuais de acionistas. Nas assembleias ordinárias e extraordinárias que obrigam que a empresa e os acionistas registrem seus votos; seus votos de protesto.

E, ano passado, uma acionista não pode ir e eu fui como procuradora dela. Eu fui com um grupo de 10 ou 12 acionistas. A gente pega os relatórios dos conselhos da Vale e acha brechas de várias coisas, para que os acionistas majoritários se sintam envergonhados de investir dinheiro em uma companhia que viola direitos humanos, que sonega impostos, que deve multas ambientais; e a gente faz isso justamente para mostrar para esses acionistas, os grandes fundos de pensão, tanto do Brasil quanto da Europa. O grupo da Igreja Anglicana, por exemplo, deixou de ser acionista em função de tantas denúncias.

Nós alertamos que a Vale omite dados para valorizar seus empreendimentos. Ela omite, fala que sua barragem está ok e esta rompe e mata 272 pessoas. E isso tem que ser um constrangimento para essas grandes empresas, para esses fundos internacionais, para que

eles se retirem ou obriguem a Vale a mudar a forma de governança dela. Porque a gente entende que a forma como ela opera, ao longo destes últimos anos, desde a privatização, se tornou inviável enquanto empresa. Pois ela é uma empresa que viola direitos, e não deixa para o Brasil a não ser um passivo ambiental e humano terrível. Ela deixa territórios destruídos, ela deixa as populações mais pobres do que elas já eram antes, deixa uma área destruída ambientalmente e nós não ficamos com nada. A riqueza vai toda para o bolso dos acionistas. Então a gente faz essas denúncias, justamente para tentar sensibilizar estes grupos de acionistas majoritários para tentar que, de alguma forma, eles retirem seus investimentos da Vale ou exijam uma mudança radical de governança na empresa. Esse é o papel dos acionistas críticos.

Mas o mais importante não é retirar os investimentos, o mais importante é exigir uma intervenção violenta dentro da Vale para fazer uma mudança da governança como um todo. Agora, em fins de novembro, teve um grupo de crianças reassentadas em Moçambique, que foram reassentadas num lugar perto de uma mina e cinco crianças morreram com a ativação de uma mina. Essa semana, no dia em que morreu o funcionário aqui no Córrego do Feijão, morreu também um funcionário no Pará em Marabá.

Mas a Vale faz propagandas que passam na televisão que são lindas. Então ela investe na imagem dela muito dinheiro. Enquanto, na reparação, ela não investe bulhufas. Ela matou 272 pessoas, duas bacias hidrográficas no estado de Minas Gerais. Ela gasta dinheiro para que os investidores continuem investindo. A Renova gastou bilhões e só concluiu um projeto em 5 anos. Não tem uma pessoa assentada. Vai fazer dois anos e a gente não tem nem uma estrada asfaltada até a sede do município.

E ela faz aquelas propagandas lindas e maravilhosas. Ela vai transformar a cidade do Córrego do Feijão numa cidade parque. Os moradores do córrego foram embora. Poucos que resistem. A maioria dos que estão lá hoje são funcionários terceirizados. Pergunta para os moradores que estão resistindo se eles foram consultados. Se eles querem que vire parque, ou se eles querem que a Vale simplesmente vá embora e devolva a tranquilidade que ela tirou deles. Ela faz um monte de coisas sem sentido e mostra para o Brasil e para o mundo que ela é linda e maravilhosa. E ninguém consegue ter tranquilidade, pois ela aciona a sirene todo dia 5 aqui. Todo dia 5 ela faz teste de sirene aqui. Todo dia ela tira uma comunidade debaixo de uma barragem dela. Todo dia ela nega um salário mínimo para uma família necessitada e fica passando propaganda que ela é linda e maravilhosa.

Depois do rompimento, teve um documento que vazou da Vale. Eles tinham precificado: se romper a barragem cada vida perdida tinha um custo. Ela não pagou nem isso para um funcionário que estava almoçando no refeitório dela. Duas mulheres perderam os filhos e o juiz deu ganho de causa para elas, pelas crianças que estavam para nascer; a Vale tem a coragem de entrar com recurso dizendo que ninguém poderia garantir que aquele menino ia nascer com vida. É uma crueldade. Não vai fazer diferença nenhuma para ela. Ela tinha que ter vergonha, pois dinheiro ela tem, mas ela não quer abrir precedentes.

Porque se todo mundo entender que tem direito aí complica para a Vale. Se todo mundo entender que é atingido, pois é difícil, nós estamos aprendendo. Vocês perguntaram o que é ser atingido. Nós estamos aprendendo, nós temos que saber nos colocar como atingidos. É difícil. A gente pergunta: “você é atingido?”; pessoa fala: “não, a lama passou 10 km da minha casa”. Mas depois começa a ver que não consegue mais vender a alface que ela produz. E aí começa a compreender que é atingida. É um processo as pessoas aprenderem o que é ser atingido. Você pode estar a 20 km da barragem, mas ninguém vai na sua pousada mais. Aí você começa a entender que você é atingido. Isso é difícil. Já tem dois anos e tem gente que ainda não sabe. Tem gente que ainda está lutando para ser reconhecido. É complicado. E somos muito reféns. Tudo muito solto. E vem o estado querendo fazer um acordo sigiloso. Não sei nem que palavra dar para isso de tão absurdo que é o negócio. Se não lutarmos, seremos engolidos, a verdade é essa. Temos que continuar.

Se levarmos em consideração os “custos ocultos” — relacionados à contaminação e à degradação socioambiental — e os “subsídios perversos” — incentivos concedidos às mineradoras por meio, por exemplo, da redução dos custos ou da isenção total no fornecimento de água, energia, infraestrutura de transporte etc. — (ACOSTA, 2016, p. 63-64), elementos que geralmente são omitidos das projeções econômicas e cujo ônus acaba sendo transferido para a sociedade, como podemos pensar o modelo minerário atuante no Brasil em termos de benefícios econômicos para os diversos setores sociais como um todo?

Bom, para mim particularmente, simplesmente: CHEGA DE MINERAÇÃO!

A Vale, assim como as demais mineradoras atuantes no Brasil, se converteram em empresas inviáveis para o país e que, portanto, necessitam ser submetidas urgentemente a um processo de mudanças profundas nas suas formas de operar e de gerir os riscos de seus empreendimentos. A Vale prioriza seu desempenho financeiro privilegiando o pagamento

de dividendos aos acionistas, possuindo uma diretoria incapaz de criar sistemas internos efetivos que garantam a segurança operacional dos seus empreendimentos.

Além disso, a Vale exerce um poder sobre os formuladores de políticas públicas e, conseqüentemente, dos órgãos reguladores, além de alimentar a dependência econômica dos municípios em que atua. Diante disso, é necessária a elaboração de políticas de diversificação econômica nas cidades mineradoras, haja vista que o minério é um bem finito e, quando ele acabar, as empresas não vão se preocupar com o passivo ambiental e social que vão deixar.

Exigimos a reparação integral, com o conceito definido pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que prevê medidas de indenização por danos morais, materiais e danos ao projeto de vida; como também medidas de satisfação, restituição, reabilitação e, principalmente, garantias de não repetição.

Para isso, exigimos:

- A descaracterização de todas as barragens de alteamento no estado de Minas Gerais.
- Medidas que garantam a segurança das comunidades que vivem nas zonas de autossalvamento, sem que o território seja tirado dessas comunidades.
- Garantia do custeio e da permanência de assessorias técnicas independentes a todas as pessoas atingidas.
- Elaboração de políticas de diversificação e recuperação econômica nas cidades mineradoras.
- Criação de canais deliberativos pautados pelos interesses e necessidades das comunidades atingidas.
- A suspensão das concessões de lavra da Vale pelo criminoso desrespeito às suas obrigações legais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. “Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição”. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. **O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?”**. *Versos*, v. 4, n. 4, 2020.